

A Experiência do Cefope com o Grupo de Estudos de Alfabetização

Eliane Gonçalves Costa Anderi¹
egcanderi@gmail.com

Itair Regina Diogo Carvalho²
recarvalhodiogo@hotmail.com

GT 4 - Políticas de Formação, carreira e valorização de profissionais da educação.

Resumo: Trata-se de um grupo de estudos que foi formado a partir de demandas identificadas em um curso de formação continuada de professores alfabetizadores da Rede Municipal de educação de Anápolis oferecido pelo Centro de Formação de Profissionais da Educação (CEFOPE). O grupo tem como questão de pesquisa: o que os professores chamam de dificuldade de aprendizagem? Como ela se manifesta na sala de aula? Como a escola lida com a dificuldade de aprendizagem dos alunos? Que tipo de apoio o professor recebe para conseguir ajudar os alunos a vencer suas dificuldades de aprendizagem? O que a formação continuada pode contribuir para que o professor consiga auxiliar os seus alunos? Para conseguir responder a essas questões o GrupAlfa foi constituído pelos professores que compõem a equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Anápolis, por uma psicóloga do Centro Municipal de Apoio ao Deficiente (CEMAD) e as professoras formadoras do CEFOPE. A pesquisa é um estudo de caso que ocorrerá em nove escolas da rede.

Palavras chave: formação continuada – grupo de estudo – dificuldade de aprendizagem

1. Universidade Estadual de Goiás (UEG) mestre em Docência de Ensino superior

2. CEFOPE/SEMED – professora especialista

Sobre o Centro de Formação dos Profissionais em Educação - CEFOPE

O surgimento do Centro de Formação dos Profissionais em Educação (CEFOPE) tem sua origem vinculada ao Teleposto criado pela Rede Estadual de Educação no final da década de 1990. Na época a Secretaria de Educação do Estado de Goiás, decidiu abrir um Teleposto para oferecer os cursos do Programa Salto para o Futuro, vinculados a Secretaria de Educação a Distância do MEC, eles eram veiculados pelo Canal TVE Brasil (<http://tvescola.mec.gov.br/>) via satélite, por meio da antena parabólica.

A abertura desses Telepostos pela Rede Estadual de Educação fez com que os professores da Rede Municipal de Educação de Anápolis também o reivindicasse, uma vez que a participação destes seria bastante limitada, em virtude do grande número de professores sob sua responsabilidade em virtude disto oferecia um número pequeno de vagas.

A partir disto a Superintendente de Ensino do município, buscou junto ao Ministério da Educação e Cultura por meio da Secretaria Estadual de Educação a Distância-SEED, um convênio que possibilitaria o atendimento específico aos professores da Rede Municipal de Anápolis. Então em 21 de fevereiro de 1997 inaugura-se o Teleposto da Superintendência Municipal de Educação de Anápolis. Como primeira ação conseguiu-se junto à Procuradoria Geral do Município que os certificados de participação dos cursos fossem expedidos pelo próprio Teleposto, garantindo então que a certificação do curso assegurasse, ao servidor, o direito de usá-lo para solicitar acesso à “Titularidade”³.

A então Superintendência Municipal de Educação⁴ (SUMED) assume as despesas com a manutenção do Teleposto chamando para si o pagamento dos funcionários ali lotados, a aquisição dos aparelhos eletrônico-eletrônicos necessários ao desenvolvimento das atividades formativas, as despesas com material de higiene e expediente, assegurando também o transporte gratuito para aqueles que estivessem frequentando os cursos. Também houve a destinação de espaço físico específico para a realização das atividades no mesmo espaço onde funcionava à Superintendência.

Inicialmente os cursos do Teleposto eram oferecidos apenas no período noturno e os programas eram transmitidos ao vivo. Em virtude da procura ter sido grande, a SEED liberou a gravação dos programas exibi-

3. É um benefício assegurado ao professor que compõem o quadro efetivo da Rede Municipal de ensino de Anápolis por participar de cursos de aperfeiçoamento e aprimoramento, previsto no Plano de Cargos e Salários do Magistério Público Municipal Lei nº 1139/85.

4. Nessa época a Secretaria Municipal de Educação estava organizada como Superintendência, ou seja, gozava de outro estatuto jurídico.

dos e sua utilização em outros horários e locais. Assim os cursos passaram também a funcionar no período matutino e mais tarde nos três turnos.

O projeto pedagógico dos cursos oferecidos, na época, era proposto pela SEED/MEC e obedecia a seguinte rotina: os programas eram veiculados pela TV Escola, gravados, assistidos pela equipe de monitores da Superintendência de Educação de Anápolis, que preparavam as aulas e exibiam para os professores cursistas. A carga horária, conteúdos e os procedimentos didáticos já vinham definidos pela equipe da TV-Escola.

Para que os cursos pudessem ser oferecidos necessitavam de autorização prévia da SEED goiana. Órgão local responsável pelo registro acadêmico: matrícula dos alunos e formulários de controle de frequência dos alunos, o desempenho dos cursistas e depois a expedição dos certificados de participação.

Todos esses procedimentos acarretava uma demora excessiva para a expedição do certificado o que causava certo desânimo aos professores, pois aqueles que tinham condições de solicitar acesso à Titularidade ficam prejudicados com a demora da expedição dos certificados de conclusão dos cursos. Este fato levou os professores a reivindicar que a confecção e o registro desses certificados ficassem sob a responsabilidade do próprio Teleposto Municipal, uma vez que ainda não contávamos com a existência de um conselho municipal de educação. E também porque a proposta pedagógica dos cursos elaborados pela SEED/MEC não havia a exigência de valoração da avaliação, item exigido pela Lei 1339/85 (Plano de Cargos e Salários) para que o professor pudesse usufruir o benefício da Titularidade. A partir destes fatos é que o Teleposto assumiu a responsabilidade com o registro acadêmico dos cursos oferecidos.

No período compreendido entre 1997 a 2000 o Teleposto Municipal ofereceu mais de 30 cursos, implantou uma videoteca para atender aquelas escolas que não foram contemplados com o Kit⁵ da TV Escola. Mais de 1500 professores foram atendidos com cursos oferecidos no Teleposto Municipal.

Sob o impacto da reforma educacional deflagrada pela LDB 9394/96 que, dentre as mudanças provocadas estava um novo currículo para os diferentes níveis da Educação Básica. Isto desencadeou uma sé-

rie de ações formativas destinada aos professores como forma de assegurar a concretização do que estava definido nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Foram vários cursos dirigidos aos professores e aos dirigentes educacionais elaborados pelo MEC.

O Programa de Formação de Professores Alfabetizadores foi um curso de aprofundamento, destinado aos professores e aos formadores. Tinha como objetivo, de acordo com o Documento de Apresentação (2001) desenvolver as competências profissionais necessárias a todo professor que ensina a ler e a escrever. Acreditavam que por intermédio deste projeto ofereceriam aos professores cursistas meios para criar um contexto favorável para a construção de competências profissionais e conhecimentos necessários a todo professor que alfabetiza.

Esses meios de que fala o parágrafo anterior era: um grupo de formação permanente, um modelo de trabalho pautado no respeito aos saberes do grupo e em metodologias de resolução de problemas, materiais escritos e videográficos especialmente preparados para o curso e uma programação de conteúdos que privilegia aqueles que são nucleares na formação dos alfabetizadores.

No ano de 2001 a Secretaria Municipal de Educação⁶ (SEMED), adere ao Programa do MEC e dá início a dois novos cursos: Programa de Formação de Professores Alfabetizadores doravante PROFA e o Parâmetros em Ação doravante PCN em ação.

Um grupo de professoras da Rede Municipal é capacitado para atuar como formadoras e dá-se início aos cursos. Ambos com duração de um ano, uma vez que seriam ministrados apenas uma vez por semana. O PROFA é assumido pela Secretaria como um elemento formativo obrigatório aos professores que atuavam nas séries iniciais de alfabetização, foi o curso mais editado. A última turma oferecida concluiu no ano de 2009.

Neste período a Secretaria mudou sua sede. O Teleposto deixou de oferecer os cursos “Um Salto para o Futuro” oferecendo tão somente o “TV Escola e os Desafios de Hoje”. Passando então a elaborar e executar as próprias propostas de formação continuada não só aos professores, mas também aos funcionários da Secretaria de Educação. Após 2004, o Centro de Formação fica praticamente sem atividades, mantendo os cursos: Básico de Informática e os de Formação Continuada ligados ao MEC, pois o então Secretário Municipal de Educação opta por contratar cursos de empresa de consultoria privadas para realizar as ações de formação no formato de congresso que reuniam uma quantidade grande de público.

Neste período a Secretaria muda, novamente de estatuto jurídico, passando a ser uma Secretaria que congregava a Diretoria de Ciência e

5. A TV Escola era um Programa do Governo Federal. É a televisão pública do Ministério da Educação destinada aos professores e educadores brasileiros e aos alunos. Ela é uma política pública com o objetivo de subsidiar a escola. Propõe-se a ser uma ferramenta pedagógica disponível ao professor: seja para complementar sua própria formação, seja para ser utilizada em suas práticas de ensino. As escolas que participavam dos programas recebiam o “kit tecnológico”, distribuído pelo Ministério da Educação, composto de antena parabólica, decodificador, televisão, aparelho de videocassete e fitas de vídeo (VHS). Atualmente, além das escolas, milhares de lares brasileiros têm acesso à TV Escola, por intermédio da assinatura de uma das três operadoras de sinal digital, no Brasil: a Directv, a Sky e a Tecsat.

6. Neste período já gozava de outro estatuto jurídico, pois deixava de ser Superintendência para ser Secretaria

Tecnologia e a Diretoria de Cultura recebendo a denominação de Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia. Com a entrada de um novo Secretário de Educação ainda no mandato do mesmo prefeito o Centro de Formação ressurge como sendo um departamento da Secretaria responsável pela formação continuada dos professores.

Atualmente tem a função de elaborar política de formação contínua bem como propostas e realizar cursos, seminários, colóquios, conferências e organizar e sediar os grupos de estudos.

Fatores que contribuíram para a criação do Grupo de Estudo de Alfabetização

A Secretaria Municipal de Educação de Anápolis (SEMED) por meio da equipe de formadoras do Centro de Formação dos Profissionais da Educação (CEFOPE) elaborou uma proposta de curso de formação continuada para professores que atuavam em salas de alfabetização, denominado “Práticas de Letramento e Processos de Alfabetização”. A proposta metodológica do curso teve como fundamento a pesquisa ação como modelo formativo, Garrido (2005). Entendia-se que era necessário que as professoras alfabetizadoras, com uma sólida formação teórica no que se refere aos processos de alfabetização para que pudessem ler problematizar, analisar, interpretar e propor alternativas aos problemas que se apresentam nas escolas. Durante o curso as dificuldades ou problemas apresentados pelos professores seriam objetivo de investigação do grupo sob a orientação da professora formadora.

Nesse tipo de procedimento uma das ações propostas para definição do ou dos problemas que seriam estudados era a realização de grupo focal que segundo Suanno (2008) é entendido estratégia metodológica que possibilita um processo de interação que tem como pressuposto a realidade concebida como uma construção social e que procura compreender, o discurso, as inter-relações, as opiniões dentro deste contexto social.

Como o curso foi organizado em quatro módulos, ao final de cada um deles se realizaria o grupo focal. Pretendia-se com isto utilizar os resultados para redirecionar o curso e também identificar quais eram os elementos que mais contribuíam para o trabalho do professor na sala de alfabetização e quais se colocavam como barreira. Essa técnica/método pareceu a mais adequada, uma vez que fomentaria a reflexão, com base na prática docente e nos estudos que vinham sendo realizados durante o curso.

Durante os debates do grupo focal a dificuldade de aprendizagem surgiu em todos os grupos que foram realizados como sendo o grande problema enfrentado pelas professoras alfabetizadoras. Elas diziam que não conseguiam desenvolver atividades diferenciadas para atender as necessidades individuais dos alunos e que é acham muito difícil atuar no atendimento individualizado e que a dificuldade delas se amplia quando na sala de aula tem alguma criança com deficiência. Nem sempre sabem como conciliar as coisas de modo que todas as crianças sejam atendidas e que consigam aprender de modo satisfatório. Aparentam também que procuram apoio na coordenação ou em outros colegas, mas que nem sempre são compreendidas ou atendidas em suas dúvidas e dificuldades.

O curso também utilizou o acompanhamento do professor na escola como instrumento de coleta de dados. O objetivo dessa atividade de acompanhamento era o de aproximar ao máximo da realidade da sala de aula e da escola para tentar identificar os problemas que impediam o professor de obter êxito da aprendizagem dos seus alunos, ou os elementos que contribuem para que o professor executasse de modo satisfatório suas atividades. Nesse acompanhamento além de observar os alunos durante a aula, também era possível estabelecer um diálogo com os funcionários da escola para tentar compreender em que medida o professor recebia ou apoio e orientação na sua tarefa de ensinar. Durante as observações foi possível verificar como que as professoras mobilizam ou não os saberes na tomada de decisões, na organização das situações didáticas, nas intervenções frente às diversas situações que ocorrem no espaço e tempo de aprendizagem.

Assim, a própria estrutura do curso sofria modificações a partir dos aspectos que eram observados. Proporcionava condições de verificar e vivenciar *in loco* como os professores, coordenadores e a gestão escolar sustentem a prática de alfabetizar/letrando, ou seja, se as cursistas conseguem relacionar no cotidiano escolar o estudo que era abordado nos encontros presenciais.

Pode-se afirmar que as visitas para acompanhamento das professoras alfabetizadoras realizadas nas escolas, no decorrer do curso, oportunizou uma série de aprendizagem tanto para as professoras cursistas quanto para as professoras formadoras, pois passam a discutir problemas reais de alunos reais em condições reais de ensino aprendizagem.

Durante este percurso algumas hipóteses puderam ser levantadas. Mesmo tendo praticamente todos os professores concluído um superior de formação inicial e também um número bem considerável já possuírem pós-graduação, ou estar cursando uma pós-graduação às práticas alfabetizado-

ras ainda continuam baseadas na decodificação, na memorização de letras, sílabas, na escrita de palavras isoladas, na formação de frases, no estudo da gramática normativa e a leitura sendo utilizada como pretexto para trabalhar ora aspectos gramaticais, ora em dificuldade ortográfica ou como avaliação. Observa-se que existe um antagonismo entre o discurso e a prática efetivada na sala de alfabetização.

Algumas dificuldades identificadas nos acompanhamentos foram problematizadas no durante o curso e serviram para redimensionar algumas estratégias e encaminhamentos dentro do curso. Outros Com os exemplos presenciados nas unidades escolares, no próprio chão da escola, a compreensão acerca dos estudos teóricos por meio de analogias, de exemplos por elas vividos, com riquezas de detalhes passa a fazer sentido dentro das discussões que são levantadas.

Durante as visitas de acompanhamento as formadoras faziam um registro em um caderno de protocolo para que também fosse utilizado como material de reflexão e tomada de decisões. A análise dos elementos apontados nos instrumentos de coleta de dados remete a fatores que vão além da formação inicial e continuada, de ter ou não perfil alfabetizador, dominar ou não certos conceitos que sustentam a prática pedagógica, de ser ou não resistentes às mudanças, de ser ou não inovadora.

Ressalta-se que nesse percurso foram desenvolvidas algumas ações consideradas importantes no sentido de permitir a adoção de uma política pública de formação continuada de professores que não se restringiu somente as professoras alfabetizadoras, mas possibilitou a abertura de espaço de interlocução entre os sujeitos envolvidos no processo e que têm responsabilidade com valorização e promoção de práticas educativas e construção de saberes docentes que levem em conta as reais condições de efetivação do fazer pedagógico de professores alfabetizadores da Rede.

Contribuições que os resultados das análises dos dados agregaram ao trabalho da Secretaria Municipal de Educação de Anápolis:

- Criação do Grupo de Estudos de Alfabetização. A princípio pensou-se no grupo de estudo de alfabetização com objetivo de ampliar conhecimentos da equipe formadora acerca das teorias envolvendo alfabetização e letramento, de buscar respostas às inquietações e necessidades apontadas nos encontros presenciais e principalmente nos elementos levantados nos grupos focais e também socializar e direcionar a prática pedagógica no transcorrer do curso.
- As discussões giraram em torno das seguintes temáticas: definição do que sejam ciclos de alfabetização de três anos; as

angústias de professores; o perfil do professor alfabetizador; a matriz curricular da alfabetização; o material de estudo do grupo (cópias, livros, atam); o IDEB e a Provinha Brasil; o trabalho da linguagem matemática, ciências e outras áreas de maneira interdisciplinar no curso Prática de Letramento e Processo de Alfabetização; o instrumento avaliativo da rede de ensino municipal; o estudo das estratégias de leitura; os livros que comporiam a roda de leitura para discussão e trocas das obras.

- Realização do seminário de pesquisa – no final do módulo IV as professoras desenvolveram uma pesquisa no modelo de estudo de caso e apresentar o resultado em forma de pôster em um seminário que contou com a participação de todas as professoras cursistas dos outros módulos e a equipe pedagógica da Secretaria. O objetivo do seminário foi o de divulgar o resultado dos estudos por elas realizados como forma de contribuir com os outros professores e também de incentivar e valorizar a produção escrita de resultado de investigação de sua sala de aula.
- Abertura para participação em eventos científicos como simpósios e congressos na condição de apresentação de trabalho.
- Criação do Grupo de Trabalho com os coordenadores pedagógicos das unidades de ensino- a partir da reclamação que os professores alfabetizadores faziam de não saber como atuar junto com as crianças com qualquer tipo de deficiência, com os dificuldade de aprendizagem e os que têm um ritmos mais acelerado de aprendizagem em uma mesma salas de aula, pois não contavam com ajuda na escola e que todas cobrança recaiam sobre os ombros dos professores pode se identificar que em um número grande de escolas os professores não recebiam apoio da equipe de dirigente da escola. Que praticamente só sabiam cobrar resultados, disciplina dos alunos em sala de aula e cumprindo coma as atividades burocráticas. Depreendeu-se que havia um vácuo na coordenação pedagógica da escola. Em alguns casos a escola não conseguia que ninguém ocupasse a função, em virtude da complexidade da atividade e do baixo retorno salarial preferiam então abandonar a função retornar a sala de aula; em outras escolas que contavam com um coordenador este não tinha condições de realizar o trabalho de coordenação, pois só ficava em sala de aula substituindo déficit de professor; outras havia coordenadores que não conseguiam realizar seu trabalho, por possuir uma formação que não lhe possibilitava

entender e resolver os problemas que lhes eram apresentados. Neste quadro que se apresentava surge a necessidade de uma intervenção. Criou-se um o Grupo de trabalho e o coordenador passou a receber uma gratificação e evitar que ele fique só substituindo professor faltoso.

- Valorização do trabalho do professor – nos dois primeiros semestres de realização do curso, a Secretaria obrigou os professores alfabetizadores participarem do curso, sob o risco de não permanecerem nas séries, o que significaria uma redução de 20% em seus proventos, pois todos os professores que atuam no 1º e 2ºano do Ensino fundamental recebem, em seu salário uma gratificação de 20%. Isto vem, ao longo dos anos, se constituído em incentivo a permanência dos professores nessas séries. Em função das queixas apresentadas e por haver um entendimento de que os professores sentindo-se obrigados a frequentar o curso não contribuía, em nada, para avançar no desenvolvimento profissional do professor. A obrigatoriedade então deixou de existir então a Secretaria opta por não mais vincular a permanência nas séries de alfabetização com a frequência ao curso.

A Criação do grupAlfa

A partir das dificuldades apontadas pelas professoras e confirmadas nas observações realizadas durante as visitas de acompanhamento nas escolas a equipe do CEFOPE procurou compreender o que os professores chamavam de dificuldade de aprendizagem e como que essas dificuldades se manifestam em sala de aula? Como a escola lida com a dificuldade de aprendizagem dos alunos? Que tipo de apoio o professor recebe para conseguir ajudar os alunos a vencê-las? O que a formação continuada contribui para que o professor consiga auxiliar os seus alunos? A partir desses questionamentos a equipe do CEFOPE compreende que não conseguiria sozinha responder essas questões e muito menos auxiliar os professores nas escolas, pois isto não se tratava apenas de uma questão de formação, mas também de gestão dos processos pedagógicos, de articulação entre as equipes da Secretaria e da escola para isto então necessitaria de contar com o apoio e a ajuda da equipe do Departamento Pedagógico da Secretaria bem como da equipe de profissionais do antigo Centro Municipal de Apoio ao Deficiente (CEMAD), pois cada um desses grupos de profissionais têm especificidades em sua atuação e até então cada um

desenvolvia trabalhos específicos de sua atuação sem que houvesse, em nível de Secretaria uma discussão sobre a área de atuação de cada setor e nem como essas atividades podiam estar se sobrepondo umas as outras ou com enfoques contraditórios, ou seja, não havia uma que a interação entre os setores e nem entre os profissionais.

Deste modo CEFOPE para conseguir atuar efetivamente junto aos professores de alfabetização deveria compreender os pressupostos teóricos que embasam as propostas de alfabetização da Secretaria, a forma de atuação dos coordenadores pedagógicos em relação à orientação pedagógica oferecida aos professores como é que se efetivava a gestão dos processos pedagógicos no nível da escola e da Secretaria para que de posse dessas informações pudesse então planejar as sua ação formativa que deveria ser oferecida aos professores, equipe gestora e apoio técnico pedagógico, ou seja, os problemas seriam tratados dentro do contexto em que ocorrem e não em ações genéricas como ocorre nos cursos que são elaborados em nível nacional. Pois há vários anos os professores da Rede Municipal de Educação de Anápolis participam de cursos oferecidos pelo MEC ou por outras empresas, mas o impacto na sala de aula ainda não foi relevante.

Foi a partir dessas reflexões que no ano de 2010 a direção do CEFOPE em reunião com a Secretária de Educação, compartilha o resultado do grupo focal apontada pelos professores alfabetizadores e sugere que essas questões fossem refletidas em conjunto: CEMAD, Equipe do Pedagógico e CEFOPE, pois os diferentes olhares sobre o problema nos ajudaria compreender com mais clareza a realidade enfrentada pelos professores em suas salas de aula e que reflexão ajudasse os diferentes setores da Secretaria a atuar junto às escolas de modo a contribuir com a resolução dos problemas evitando sobreposição de ações e conflitos de compreensão teórica. A partir desses diálogos opta-se então por formar um grupo de estudos constituídos por esses profissionais com diferentes atuações na escola e na Secretaria surge então em 2011 o GrupAlfa.

Composição do GrupAlfa e os seus objetivos

Grupo que conta com seis professores formadores do CEFOPE sendo que uma delas é psicóloga, uma profissional do CEMAD também psicólogo com enfoque em psicologia escolar e oito professoras que compõem a equipe pedagógica da Secretaria, sete delas formadas em Pedagogia e uma em Ciências Sociais. Reúne-se semanalmente nas dependências do CEFOPE no período matutino. Tem como questão problema a ser respondida: O que é

dificuldade de aprendizagem para os professores de alfabetização? Definiu-se como objetivo geral: Compreender o conceito de dificuldade de aprendizagem que os professores alfabetizadores da Rede Municipal de Educação têm e encontrar alternativas que contribuam para que ele consiga superar esses problemas de forma satisfatória. Como objetivos específicos têm-se: caracterizar as dificuldades de aprendizagem das crianças apontadas pelos professores; identificar quais os condicionantes envolvem essas dificuldades de aprendizagem dos alunos; identificar as medidas que são adotadas pela escola e pela secretaria que contribuem para que o professor consiga auxiliar efetivamente as crianças com dificuldades de aprendizagem.

O grupo se organizou em duplas e cada dupla investigaria uma escola. Inicialmente a ideia era de fazer um levantamento junto a cada professor na escola para identificar quem eram os alunos com dificuldade de aprendizagem e qual era a dificuldade que ele apresentava. Após essa identificação se realizaria um sorteio para escolher os estudantes e o seu professor que seriam os sujeitos dos nossos estudos.

O referencial teórico que utilizaríamos são os de base histórico cultural, pois segundo alguns documentos da Secretaria essa seria a base de sustentação da proposta pedagógica utilizada. As primeiras leituras realizadas pretendiam conceituar dificuldade de aprendizagem e para isto foi utilizado textos de Pereira e Tacca (2001), Tuleski e Eidt, (2003).

Na medida em que se discutia o conceito de dificuldade de aprendizagem na perspectiva teórica adotada foi se fazendo necessário compreender os conceitos de ensino, aprendizagem, conhecimento na mesma perspectiva o que levou o grupo a estudar Baquero, (1998), Marta Khol, (1997).

Na medida em que o grupo avança nas leituras outras vão se fazendo necessárias, pois há uma série de conceitos que dependem de outros teóricos, tais como: materialismo dialético, contradição, cultura, linguagem e outros. No que se refere aos procedimentos de pesquisa o grupo também já definiu como conteúdos de estudo a observação na pesquisa em educação e o que é estudo de caso.

Em função da falta de clareza conceitual entre os componentes do grupo optou-se então por não fazer a pesquisa de campo nesse ano, mas só no próximo quando o grupo já tiver um amadurecimento teórico um pouco maior.

Os estudos realizados tem provocado muitas dúvidas em relação a uma série de ações que veem sendo adotados pelos professores ao longo do exercício profissional e que tem feito repensar algumas ações implementadas seja em nível individual quanto coletivo.

Refêrencias

ANÁPOLIS. Lei 1.339 de 11 de novembro de 1985. Dispõe sobre o estatuto do magistério público do município de Anápolis. Anápolis, 1985.

BRASIL. Documento de apresentação. Ministério da Educação, Secretaria de Educação fundamental, 2001. Capturado da Internet no endereço <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Profa/apres.pdf> em agosto de 2002.

BAQUERO, Ricardo. Vygotsky e aprendizagem escolar. Porto Alegre, Artes Médicas, 1998.

GARRIDO, S. P. **Pesquisa Ação crítico colaborativa:** construindo seu significado a partir experiência com formação docente. In Revista Educação e Pesquisa. São Paulo v. 31, nº 3, 2005, p.521 - 539. Capturado da Internet do endereço <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a13v31n3.pdf> em março de 2010.

OLIVEIRA, Marta Khol de. Vygotsky – Aprendizagem e desenvolvimento. 4ª edição, São Paulo: Scipione, 1997.

PEREIRA, Regina do Carmo e TACCA, Maria Carmem Villela Rosa. Dificuldade de Aprendizagem? A compreensão a partir da perspectiva histórico-cultural. Texto capturado da Internet no endereço http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.11/GT_11_07_2010.pdf em março de 2012.

SUANNO, M. V. R. Grupo Focal e auto avaliação democrática. Rio de Janeiro: Deescubra, 2008.

TULESKI, Silvana Calvo e EIDT, Nadia Mara. Repensando os distúrbios de aprendizagem a partir da psicologia histórico-cultural. In Psicologia em Estudo, V. 12, nº 3, set/dez 2007, p. 531 a 540. Capturado da Internet no endereço: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v12n3/v12n3a10.pdf> em março de 12.